

Continuação da reunião iniciada no dia 27/02/1998

BORBA, 5 DE MARÇO DE 1998

Aos cinco dias do mês de Março de mil novecentos noventa e oito, no Salão da Casa do Povo de Rio de Moinhos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Borba.

Aberta a continuação da primeira reunião da terceira sessão pelo Sr. Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a falta do Sr. Joaquim Cardoso e do Sr. Joaquim Rézio que justificaram as suas faltas.

Entrou-se de imediato no ponto nove da ordem de trabalhos.

9.- ACTIVIDADES DA CÂMARA.

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que iniciou a sua intervenção lembrando os assuntos levantados pelo público no dia vinte e sete de Fevereiro último, entre os quais as queijarias, a segurança, o ambiente, a aplicação do PDM, entre outras.

Disse serem problemas amplamente conhecidos pelo Executivo e que vêm já do anterior mandato.

Sobre as queijarias disse que iria dar a palavra ao Sr. Vereador Serra.

Sobre segurança disse estar já colocado ao Comando Distrital a necessidade de um outro tipo de policiamento para Rio de Moinhos ou até mesmo a instalação de um posto da GNR.

Quanto à aplicação do PDM, disse que em tempo oportuno foram feitas várias sessões de esclarecimento que, acrescentou, não foram tão participadas como deveriam ter sido. Disse ser um instrumento bom de trabalho, que permite melhores e mais soluções e não restringe, ao contrário do que se possa pensar.

O Sr. Presidente da Assembleia interrompeu o Sr. Presidente da Câmara para solicitar a um elemento do público que estava a distribuir um comunicado, que parasse de o fazer, pois para tal não tinha autorização.

Retomando a palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** e em relação ao ambiente disse ter muito a ver com as queijarias e consequentemente com o funcionamento da ETAR. É uma questão que logo que resolvidas as queijarias, ficará encontrada a solução ambiental.

Espaços verdes disse ter o executivo uma programação que responde minimamente às necessidades de Rio de Moinhos.

Lembrou que a freguesia de Rio de Moinhos tem tido, comparativamente com outras áreas do concelho mais investimento, e o que está programado e já em curso ultrapassa o meio milhão de contos, na área de infraestruturas, estradas e loteamentos habitacionais.

O Sr. Moura Proença lamentou que fosse, o Senhor que teve responsabilidades autárquicas na freguesia nos últimos oito anos, a distribuir ao público presente o comunicado relacionados com as indústrias dos laticínios, quando foram os eleitos do PS que falaram com as pessoas e zelaram pelos interesses das indústrias de laticínios em Rio de Moinhos, demonstrando assim, disse, desrespeito pelo Regimento que ele próprio aprovou enquanto membro da Assembleia Municipal em mandatos anteriores

O Sr. Presidente da Câmara disse que o assunto das queijarias é muito sério para qualquer força política que se queira apropriar dele. Pensa que é um assunto que não se deve penalizar, pois isto não é tudo com a Câmara, quem mais decide são os organismos Nacionais e não Regionais.

Deu em seguida a palavra ao **Sr. Vereador Serra** que disse não estar de acordo com o Sr. Secretário da Mesa da Assembleia quando diz que nada foi feito pela Câmara nos últimos anos em prol das queijarias e isso pode ser provado pelas actas em que estiveram presentes os industriais. Disse que a legislação é muito dispersa o que não tem permitido, até então, a organização dos processos. O processo das queijarias

desenvolve-se em quatro vertentes, disse, uma relacionada com o Ordenamento do Território, outra com as questões higieno-sanitárias, que tem a ver com outra entidade responsável, outra que tem a ver com problemas ambientais e uma outra que passa pela Câmara Municipal. Deu conhecimento da reunião que se tinha realizado há cerca de uma semana, na Câmara Municipal, para em conjunto com as quatro entidades: CCRA, Direcção Regional de Agricultura do Alentejo e Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, que participam no licenciamento desta unidade, na qual também esteve presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. Dos assuntos nela tratados, bem como a criação de um esquema de trabalho que permita ultrapassar as questões mais melindrosas que possam vir a ter alguns impedimentos em termos de legalizações.

Informou de que qualquer interessado na legalização da sua indústria se deve dirigir aos Serviços Técnicos da Câmara e aí será esclarecido de como deverá começar um processo de licenciamento, bem como o tempo previsível. Disse ainda que estes processos não são iniciados pela Câmara Municipal, pois não é a entidade coordenadora deste processo, mas sim na CCRA. Em seguida deu conhecimento de quais as áreas em que cada entidade intervém e de como o processo se desenvolve.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Serra, parece que tudo está resolvido. Em sua opinião e pela reunião na Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, a que assistiu, a situação é gravíssima, porque o problema para grande parte das queijarias é a falta de espaço para a realização das obras necessárias. Lembrou que quando foi elaborado e aprovado o PDM, já existiam queijarias em Rio de Moinhos e o que é grave, disse, é que neste estudo algo está errado e as culpas têm que ser atribuídas ou à equipa técnica que o elaborou ou à Câmara que o aprovou.

A D. Conceição Cavaco disse que se calhar seria verdade que nos últimos anos nada foi feito, pois só na semana anterior se tinha realizado uma reunião com as várias entidades intervenientes. Acredita que a Câmara esteja agora empenhada em resolver esta situação, pois o problema é permente. Sugeriu que a Câmara colocasse uma pessoa nos seus serviços a tratar só deste assunto para que as pessoas lá se possam dirigir.

O Sr. Presidente da Assembleia voltou a dizer que o problema maior não é as pessoas não terem onde se dirigir, mas sim um problema de espaço para a realização das suas obras.

O Sr. Carlos Cabral esclareceu o problema das queijarias é importante não só por tudo aquilo que o Sr. Vereador tinha enumerado, como pelas obras e pelo número de control veterinário comunitário obrigatório desde Janeiro deste ano, pois começa a haver recusa à venda de produtos sem este número, por parte dos comerciantes. Lembrou que este problema surge também na sede do Concelho de Borba nos produtos de salsicharia tradicional. Em seguida fez uma explanação das exigências comunitárias a que estamos obrigados.

Propôs então que para ultrapassar determinadas situações, fosse constituída uma associação dos interessados nas queijarias e que fosse interlocutora, quer das entidades que representam os ministérios, o Governo, quer através da Câmara Municipal, das Junta de Freguesia, para uma tentativa de resolução do seu problema. Pensa que não se deve politizar esta questão e quando no dia vinte e sete de Fevereiro último foi apresentada a recomendação, disse, foi no sentido de "pôr em cima da mesa um problema grave e que tem de ser resolvido".

Disse ter-lhe chegado às mãos uma proposta de recomendação que pensava ser "o celebre comunicado que há pouco foi distribuído pelo público, e que em vez de uma recomendação para discutir, agora temos duas".

Pensa que a discussão destes problemas trás sempre uma luz para os assuntos.

O Sr. Presidente da Câmara disse que as reuniões com entidades têm sido variadíssimas nos últimos tempos e o que é certo é que até as entidades não estavam articuladas entre si, nos últimos anos. Esclareceu que quando da elaboração do PDM foram ouvidos os interessados, as entidades presentes

analisaram o problema e não foi possível ir mais além. É evidente que a disponibilidade dos industriais e dos eleitos hoje é maior para a resolução do problema, do que era há quatro anos atrás. Disse que não se devem imputar responsabilidades à gestão da Câmara Municipal ou aos eleitos, pois os primeiros responsáveis são os queijeiros que têm leis pelas quais se regem e que as deviam conhecer desde nil novecentos e noventa e três. No entanto, acrescentou, a Câmara está disponível e empenhada em resolver o problema destes industriais especialmente os de situações mais complicadas.

O Sr. Diogo Sapatinha perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual então a solução para as queijarias que não têm espaço para realizarem as obras e posteriormente poderem legalizá-las.

O Sr. Presidente da Câmara "vamos deixar que haja um interlocutor sério e conhecedor para avaliar a falta de espaço, que sejam identificadas e certamente que tudo se resolve e não será necessário as pessoas instalarem-se fora do concelho, pois o espaço nunca será a maior dificuldade".

O Sr. Carlos Cabral disse que isto é um problema especialmente dos industriais e eles têm de fazer um esforço para o resolver, pois quer se queira quer não o mercado vai começar a rejeitar produtos que não correspondam a determinadas condições.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal para encerrar este assunto disse que tentaram juntar a recomendação apresentada no dia vinte e sete de Fevereiro e a recomendação agora ali apresentada pelos eleitos da CDU, e formar uma só (anexo um), da qual procedeu à leitura, lamentando no entanto que o segundo documento tenha circulado pelo público antes de ter chegado à mesa.

Assim, em seguida o Sr. Presidente da Assembleia colocou o referido documento (anexo um) à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. António Paixão perguntou ao Sr. Presidente da Câmara sobre a situação do estaleiro e britadeira ao cimo do Barro Branco. Pediu que se esclarecesse quais os prazos e condições de funcionamento da referida britadeira.

O Sr. Diogo Sapatinha lembrou a carta lida no passado dia vinte e sete, da Firma António da Conceição Simões sobre a bomba de gásóleo verde em Borba, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara fosse feito o ponto da situação e qual a resolução apontada para o caso, se é que há resolução.

O Sr. Ramalho perguntou se já foram tomadas algumas medidas tanto pela Câmara como pela Junta de Freguesia no que diz respeito à falta de médicos na freguesia de Rio de Moinhos.

O Sr. Norberto Alpalhão falou sobre o boletim municipal que vem sendo editado, dando os parabéns pelo aspecto visual, no entanto, quanto ao conteúdo, disse parecer-lhe ser uma propaganda política de quem assume o poder. Propôs fosse criado um espaço no referido boletim para os autarcas da oposição poderem expressar-se.

A D. Conceição Cavaco em relação ao documento do relatório de actividades da Câmara Municipal, pediu esclarecimentos nomeadamente sobre:

Apoios técnicos aos agricultores, constantes no protocolo com a Confederação Nacional de Agricultura?

Onde vai ser instalada a estação de Resíduos sólidos urbanos?

Colégio do Hospício de Nossa Senhora da Soledade.- Quais as condições de aceitação e quais as actividades previstas para esse imóvel ou se vão ser as mesmas que tem vindo a ser praticadas no antigo Palacete dos Melos?

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas, disse: britadeira - está em processo de licenciamento na CCRA, tem o consentimento da Câmara para a instalação naquele local, porque está previsto para muito perto daquele moleado um loteamento e é possível num espaço de

seis a oito meses limpar aquele espaço e porque se querem remover as escombrelas de todo o concelho. Disse haver preocupações da parte dos moradores do Barro Branco, mas que há a garantia técnica de que os processos de britagem são modernos e tratados a água e que o funcionamento será só durante o dia.

Bombas da Galp - disse que apenas tinha a ver com a utilização do espaço. A Câmara entende que há outros lugares no concelho também autorizados e que a autorização na Avenida vinte e cinco de Abril, deste equipamento no espaço público, tratando-se este abastecimento por viaturas de apoio à agricultura, havendo facilidade de abastecimento na Cooperativa de Olivicultores, na Orada, na Galp no caminho de estremo, e havendo já a proposta para a freguesia de Rio de Moinhos para instalação de um novo equipamento, a Câmara anterior deliberou pela inviabilização de mais um depósito naquele local.

Quanto à Confederação Nacional de Agricultura disse ser uma proposta de colaboração e ajuda aos Agricultores do Concelho de Borba, que a câmara aceitou e vai pôr à experiência, no sentido de ajudar os referidos agricultores em propostas de candidaturas e outras.

A Vereadora D. Filipa Almeida, em relação à saúde em Rio de Moinhos e da falta ou não de médicos, disse ser um problema antigo e que não tem vindo a melhorar em termos Nacionais. Disse saber que têm havido abaixo assinados pela falta temporária de médicos nos vários lugares da freguesia.

Relativamente ao Boletim Municipal disse não ser a primeira vez que um elemento da oposição apresenta este assunto. Acrescentou que os boletins municipais têm um estatuto editorial. É obrigatório publicá-los e nele fazer a publicação de alguns editais. O boletim municipal tem sempre um artigo de opinião assinado pelo Sr. Presidente. Pensa que seria negativo se se transformasse o boletim municipal numa tribuna de discussão partidária.

Dada a palavra ao **Sr. Vereador Serra**, para responder às questões da sua responsabilidade, disse: Resíduos sólidos explicou que visa o tratamento dos resíduos sólidos urbanos de todos os concelhos do Distrito de Évora, com o encerramento das lixeiras municipais a céu aberto. Disse ter de ser criado um aterro sanitário e que vai ficar localizado no Concelho de Évora. Vai haver uma estação de transferência num espaço já destinado para o efeito, na Zona industrial do Alto dos Bacelos. Explicou ainda o processo desde a recolha do lixo até chegar ao aterro sanitário em Évora. Pensa ser um passo muito importante em termos ambientais.

Quanto ao Hospício disse que a Câmara tomou posse administrativa por um processo de actuação em termos de protecção civil. Disse que o estado de degradação do edifício é muito grande e que depois de feito o diagnóstico concluiu-se que o seu proprietário não tinha disponibilidade para executar as obras necessárias e como tal teria de ser a Câmara a intervir, cobrando ao proprietário a verba dispendida, ao longo de vários anos, ou por outro lado, e uma vez que o proprietário se disponibilizou para doar o edifício à Câmara, pensou-se que esta seria então a melhor solução e a Câmara aceitou o imóvel. Informou que a recuperação das coberturas vai já ser iniciada. Quanto à sua utilização, disse não haver ainda ideias de como vai ser utilizado aquele espaço.

O Sr. António Paixão em relação à saúde disse estar preocupado com a situação, pensa que nos últimos dois meses já se fez algo na área da higiene de toda a unidade de saúde. Alertou para a falta de médicos, pois há muitas queixas da parte dos utentes. Disse ser sua intenção fazer uma proposta ao Ministério da Saúde, que para além das consultas habituais sejam feitas consultas na área do planeamento familiar, saúde infantil e materna, na freguesia de Rio de Moinhos.

O Sr. Diogo Sapatinha, ainda sobre a bomba de combustível, disse discordar com a localização daquela bomba, no entanto a explicação do Sr. Presidente da Câmara também não o convenceu, pois começa a aperceber-se que o espaço público a ser utilizado pela bomba do gasóleo verde, já o era com a bomba do ar e da água. Pensa que o problema do abastecimento das máquinas, a existir, já existia antes de o gasóleo ter mudado de cor. As alternativas apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara pensa que não serão solução, pelos motivos que referiu. Acrescentou dizendo que a referida empresa, com esta alteração perdeu facturação na ordem dos quarenta por cento.

O Sr. Carlos Cabral pensa que o protocolo com a Confederação Nacional de Agricultura mencionado, não será certamente uma prestação de apoio técnico, pois nenhum técnico de agricultura dá apoio uma vez por mês aos Agricultores.

Quanto à bomba de gasóleo disse não perceber a racionalidade da decisão, porque não há alteração nenhuma uma vez que já anteriormente havia abastecimento de gasóleo agrícola. Mas se a racionalidade é tirar as bombas da vila, então que haja uma explicação para ficar o gasóleo sem ser verde e a gasolina. Pensa que o abaixo assinado dos Agricultores que acompanhava a carta da referida empresa, mostra bem a situação. Quanto à solução da Cooperativa de Olivicultores disse que esta não funciona aos fins de semana e mesmo de semana funciona como um favor a quem não é sócio daquela Cooperativa.

O Sr. Joaquim Manguinhas em relação à saúde disse que o grave problema é a falta de profissionais de saúde, explicando e criticando em seguida, as leis e a política da saúde dos últimos dez anos e as soluções possíveis, em sua opinião, para o imediato.

O Sr. António Paixão perguntou para quando e em que condições a ETAR em Rio de Moinhos.

O Sr. Presidente da Câmara em relação às bombas disse que se algum membro da Assembleia quizer ver o processo, a Câmara, cede-o, no entanto há muitos mais pareceres do que os do Presidente da Câmara e dos Vereadores, há toda uma análise que foi preciso fazer. Adiantou que a conclusão a que os pareceres técnicos conduziram foram negativos e não por indicação dos políticos ou dos eleitos. Concluiu que só podem ser aprovados os pareceres que tiverem legalidade e que são possíveis de aprovar.

Em relação à ETAR disse que em Rio de Moinhos o seu funcionamento, em determinados períodos do ano, não pode continuar como tem estado, nem que para o evitar se tenha que investir mais em produtos de tratamento químicos, pois o sistema é antiquado e desajustado das necessidades actuais. Para concluir disse que os assuntos não se esgotam na Assembleia Municipal, há casos pontuais que necessitam de outro tratamento, disse, a criação de grupos de trabalho na Assembleia para abordagem e para que sejam aprofundados determinados assuntos, é necessária.

O Sr. Diogo Sapatinha aproveitando as palavras do Sr. Presidente da Câmara propôs que fosse criado um grupo de trabalho para explorar este caso das bombas, com dois elementos de cada força política, para poder ser dada uma resposta, pois pensa que o problema maior é a dificuldade de comunicação entre os interessados e a Câmara, pois esta ainda não conseguiu explicar qual o motivo porque não pode ser instalada a bomba.

Para finalizar disse que independentemente da proposta da Comissão ser ou não aprovada, ele irá consultar o processo e vai interessar-se por ele até perceber o porquê do indeferimento.

O Sr. Presidente da Câmara disse que quando falou em grupos de trabalho foi para questões essenciais de desenvolvimento no Concelho e de projectos muito diferentes da análise de um projecto de obras.

O Sr. Vereador Serra fez o historial do processo, iniciando a sua intervenção dizendo que a obra da Galp naquele local, começou clandestina ou seja com falta de licenciamento, por tratar-se de uma obra na via pública. Continuando disse que o problema que se levanta é com a questão da competência da Câmara, que é o trânsito e esse foi o factor que mais pesou no indeferimento da instalação da referida bomba, porque fica localizada numa das artérias principais da vila, ponto de passagem para as escolas C+S, pré-primária e primárias, numa zona em que mesmo sem o gasóleo verde e sem abastecimento de tractores agrícolas o trânsito é complicado, tanto no período da manhã, como a partir das cinco da tarde. Disse não quererem prejudicar nenhum agricultor, pois têm as bombas em Orada, na Coop. de Olivicultores e que a câmara tem conhecimento de que as bombas da estrada de Estremoz iam começar as obras para estarem abertas dos dois lados da faixa de rodagem. É possível que a Empresa tenha diminuído a facturação, terá que provavelmente repensar a sua estratégia, há outros pontos em que se podem instalar bombas de gasolina, podem dialogar com a Câmara no sentido de serem arrançadas soluções.

O Sr. Diogo Sapatinha disse não gostar também de ver ali a bomba, não vê é como é que a cor do gasóleo faz aumentar os acidentes, porque anteriormente, disse, já lá abasteciam os tractores e as máquinas agrícolas.

O Sr. Norberto Alpalhão disse que a Câmara estava realmente preocupada com as crianças naquela artéria, no entanto, "convido o executivo a ir junto da Escola C+S à hora de saída para ver o trânsito que circula para a zona industrial e que aí sim põe muitas crianças em perigo.

O Sr. Carlos Cabral disse ter ficado ainda com mais dúvidas na racionalidade da decisão, porque a explicação do Sr. Vereador Serra implica a Câmara a fazer todos os esforços para tirar dali a bomba e colocá-la noutra sítio, porque senão não há racionalidade nenhuma.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que uma vez que este assunto era importante resolver, disse que iria pôr em seguida à votação a proposta do Sr. Diogo Sapatinha.

O Sr. Vereador Serra interrompeu o Sr. Presidente da Assembleia dizendo "a aprovação dos projectos de obras particulares é da competência estrita da Câmara Municipal e os pareceres da Câmara Municipal são discutidos na Câmara Municipal onde o PS, se que politizar as coisas, tem um vereador que as pode representar. Esta questão foi discutida e indeferida duas vezes. Sr. Presidente assumo que o Senhor é Presidente da Assembleia Municipal não é Presidente da Câmara Municipal e os órgãos são diferentes".

O Sr. Presidente da Assembleia chamou a atenção do Sr. Presidente da Câmara dizendo "agradecia que corrigisse o seu Vereador porque realmente ele só pode tomar a palavra quando eu lha der e quando o Sr. autorizar que ele a tome, portanto não admito ao Sr. Vereador de forma nenhuma que tome esse tipo de atitudes e espero bem que o Sr. Presidente o corrija".

Continuou dizendo que a proposta do Sr. Diogo Sapatinha, quanto a ele era no sentido de analisar o processo e trazer este assunto à próxima Assembleia Municipal, e nunca sobrepor-se à Câmara pois a decisão é dela.

O Sr. Andrade disse que se estava a perder tempo com um assunto que é da competência da Câmara, que a Câmara já tinha dado todas as explicações e que não pode sair mais dali "nós temos que nos resignar às nossas competências e ao nosso órgão".

O Sr. Diogo Sapatinha disse que uma vez que não há interesse em ser formado o grupo de trabalho, "retiro a minha proposta e vou eu interessar-me pelo assunto".

O Sr. Carlos Cabral disse que "ninguém quer ultrapassar decisões da Câmara e ainda bem que a câmara as toma, mas também podem ser criticadas". No entanto acrescentou que no seu ponto de vista pensa que os agricultores estão prejudicados, e se há uma calendarização que a bomba da EN4 que vai entrar em obras e vai ter gasóleo verde, e se há outras previsões, pode vir a mudar de opinião."

Por não haver mais nenhuma inscrição, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu por terminada a sessão da qual foi lavrada acta que vai ser enviada aos membros desta Assembleia para ser aprovada.